

A. I. N° - 140844.0009/06-1
AUTUADO - ATACADÃO ANDRADE RIBEIRO LTDA.
AUTUANTE - NEY SILVA BASTOS
ORIGEM - INFAZ SERRINHA
INTERNET - 15.02.2008

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0004-02/08

EMENTA: ICMS. 1. CONTA “CAIXA”. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. a) ENTRADAS NÃO REGISTRADAS. b) PAGAMENTOS NÃO CONTABILIZADOS. Estas situações indicam que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. A apuração do imposto foi feita em consonância com a regra do art. 19 da Lei nº 7.357/98, com a redação dada pela Lei nº 8.534/02, com a concessão do crédito presumido de previsto no § 1º do art. 408-S, do RICMS aprovado pelo Decreto nº 6.284/97. Não foi comprovada pelo contribuinte a origem dos recursos. **Infrações subsistentes. 2. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. FALTA DE RECOLHIMENTO. ERRO NA APURAÇÃO DOS VALORES DO IMPOSTO.** Fato não contestado. **3. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL NA CONDIÇÃO DE EPP. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RECOLHIMENTO.** Imputação não contestada. **Auto de Infração PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 28/12/2006, reclama o valor de R\$142.517,03, sob acusação do cometimento das seguintes infrações.

1. Falta de recolhimento do ICMS no valor de R\$128.902,43, referente a omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas, caracterizada pelo não registro no livro Registro de Entradas e no Caixa no período em que estava enquadrado como Empresas de Pequeno Porte (EPP) no SIMBAHIA do montante das notas fiscais constantes do Relatório do CFAMT, sendo relacionadas e anexadas ao PAF, as cópias das notas fiscais, relativas aos meses de fevereiro de 2004 a dezembro de 2005, conforme demonstrativos e documentos às fls. 12 a 15, 23 a 120.
2. Falta de recolhimento do ICMS, no valor de R\$3.430,34, em razão de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de pagamentos não registrados (DAE's não contabilizados), nos meses de janeiro de 2004 a dezembro de 2005, conforme demonstrativos às 16 a 19.
3. Falta de recolhimento do ICMS no valor de R\$2.940,26, nos prazos regulamentares, na condição de Empresa de Pequeno Porte enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do

ICMS (SIMBAHIA), alusivo aos meses de dezembro de 2004, maio e junho de 2005, conforme demonstrativos às fls. 20 a 21.

4. Recolhimento a menos do ICMS por antecipação parcial, no total de R\$7.244,00, nas aquisições interestaduais de mercadorias provenientes, na condição de Empresa de Pequeno Porte enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA), alusivo aos meses de maio, junho, agosto a dezembro de 2004, junho, julho e dezembro de 2005, conforme demonstrativo à fl. 22.

O contribuinte foi cientificado da autuação em 22/01/2007, e em 22/02/2007, através do Processo nº 029096/2007-6 (fls. 124 a 126), impugnou a infração 01 solicitando a redução do débito lançado no Auto de Infração, alegando que:

1. No exercício de 2004, foi considerada como compras à vista o montante de R\$605.306,81 referente às notas fiscais identificadas como JQF 2021; DJB 5218; 23791; 23677; 35913 e 77913, correspondente à aquisição a prazo de veículos através de instituições financeiras. Foi juntada ao processo a cópia do Certificado de Registro de Veículo Placa DJB 5218 (fl. 127).
2. idem, idem no exercício de 2005, no montante de R\$581.000,00, referente às notas fiscais nº 172809; 014852; 176683 e 184264.

Ao final, dizendo que está solicitando dos bancos e financeiras os valores pagos pela empresa para juntar ao processo, requer uma revisão dos cálculos excluindo os valores acima citados.

Na informação fiscal às fls.131 a 132, quanto a infração impugnada, o autuante rebateu a alegação defensiva dizendo que em 02/10/2006 intimou o autuado para apresentar os livros e os documentos para que procedesse a auditoria programada, em especial o livro Caixa e os comprovantes dos pagamentos efetuados pela empresa.

Salienta que a alegação de que vai providenciar junto às financeiras os comprovantes de pagamentos dos veículos é uma prova de que foram adquiridos à vista, resumindo na tentativa de impugnar a constituição do crédito de forma não objetiva, contrariando o disposto no artigo 123, do RPAF/99.

Manteve integralmente seu procedimento fiscal para procedência da autuação.

Na fase de instrução visando a inclusão do processo em pauta de julgamentos, foi observado que a apuração do débito das infrações 01 e 04 tomou por base o Relatório do CFAMT às fls. 108 a 120, e com base em informações da Gerência IPVA às fls.92 a 107, sem contudo, terem sido anexadas aos autos as cópias das respectivas notas fiscais coletadas nos postos fiscais.

Por conta disso, na pauta suplementar do dia 22/05/2007, foi decidido pelos membros da Junta de Julgamento Fiscal, converter o processo em diligência à INFAZ SERRINHA, afim de que fossem adotadas as seguintes providências:

1ª PROVIDÊNCIA - Solicitasse ao autuante que fizesse a juntada aos autos das cópias das notas fiscais coletadas nos postos fiscais e relacionadas na “Auditoria em Documentos e Lançamentos Fiscais – Falta de Registro de Nota Fiscal – CFAMT” e na “Auditoria da Antecipação Tributária Parcial – Notas Fiscais Sem Registro – CFAMT”, docs.fl.12 a 15, e 22, que não se encontram no processo.

2ª PROVIDÊNCIA - Após o cumprimento da primeira providência por parte do autuante, deveria a Infaz de Serrinha, expedir intimação ao contribuinte autuado, reabrindo o prazo de defesa por (30) trinta dias para o exercício da ampla defesa e do contraditório, intimando-o a:

- a) Tomar conhecimento, mediante entrega, sob recibo, do Relatório CFAMT às fls. 108 a 120,

dos documentos às fls. 92 a 107, e das cópias das notas fiscais juntadas ao processo pelo autuante após o cumprimento da 1ª PROVIDÊNCIA acima.

- b) Apresentar relação discriminativa das notas fiscais que se encontram lançadas nos livros fiscais, acompanhada de cópia das respectivas folhas do Registro de Entradas.
- c) Apresentar a comprovação dos pagamentos das notas fiscais correspondente a aquisição dos veículos citadas na defesa.
- d) Além disso, apresentar relação discriminativa das notas fiscais com os recolhimentos através das respectivas guias pagas, referentes à infração 04.

Foi recomendado que deveriam ser anexadas à intimação cópias dos demonstrativos às fls. 12 a 15, 22; dos documentos às fls. 92 a 120; e cópia do despacho de diligência.

O autuante cumprindo a diligência solicitada, informou que foram anexadas ao processo as cópias das notas fiscais objeto da autuação, advindas do CFAMT, da GETRA – Gerência de Trânsito, e documentos referentes cadastro de veículos fornecidos pela GIPVA – Gerência de IPVA (fls. 164 a 281). Ressalva que as notas fiscais referentes a veículos foram obtidas junto ao CIRETRAN da cidade de Euclides da Cunha.

Salienta que em decorrência da juntada dos referidos documentos, foram retificados, reproduzidos e anexados os Demonstrativos 01 a 03, e 06 (fls. 140 a 147), assim como, o Demonstrativo 07 (fl. 148), recompondo o débito após as devidas retificações.

Conforme intimação expedida pela Infaz Serrinha e AR dos Correios (fls. 282 a 283), foi reaberto o prazo de defesa por 30 (trinta) dias, mediante a entrega ao sujeito passivo de cópias dos documentos: pedido de diligência às fls. 137 e 138; demonstrativos e livros fiscais às fls. 12/15, 22, 92/120; e relatório da diligência e notas fiscais às fls. 139 a 281. No prazo estipulado não houve qualquer manifestação do autuado.

VOTO

O auto de infração contempla quatro infrações, quais sejam: 1) entradas de mercadorias não registradas; 2) pagamentos não registrados; 3) recolhimento a menor do imposto apurado pelo regime do SIMBAHIA; e 4) recolhimento a menor da antecipação tributária parcial nas aquisições de mercadorias em outros Estados.

Analisando os termos da defesa constato que das infrações citadas, o autuado impugnou apenas a infração 01 relativa a acusação fiscal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis caracterizada através de entradas de mercadorias não registradas, limitando-se a alegar que foram incluídas no levantamento fiscal notas fiscais referente a aquisição de veículos que foram pagos a prazo a instituições financeiras.

Apesar de o autuado não ter comprovado sua alegação, contudo, considerando que o débito das infrações 01 e 04 foi apurado com base em notas fiscais coletadas no CFAMT, inexistindo nos autos cópias das respectivas notas fiscais, o processo foi baixado em diligência para que o autuante solucionasse a pendência, e fossem entregues tais documentos fiscais ao sujeito passivo para o exercício da ampla defesa e do contraditório, inclusive cópias dos demonstrativos às fls. 12 a 15, 22; dos documentos às fls. 92 a 120; e cópia do pedido de diligência à fl. 137/138. Além disso, foi recomendado que fosse inserida na intimação o pedido para que o autuado apresentasse relação discriminativa das notas fiscais que se encontram lançadas nos livros fiscais, acompanhada de cópia das respectivas folhas do Registro de Entradas; comprovasse os pagamentos das notas fiscais correspondentes a aquisição dos veículos citadas na defesa; e ainda, que apresentasse relação das notas fiscais com os recolhimentos através das respectivas guias pagas, referentes à infração 04.

O autuante cumpriu integralmente a diligência solicitada por esta Junta, tendo juntado ao processo cópias das notas fiscais objeto da autuação, e refeito os demonstrativos de débito das infrações 01, 02 e 04, conforme documentos às fls. 140 a 148.

Mediante intimação (fls. 282/283), o sujeito passivo foi cientificado dos novos elementos anexados ao processo, com a reabertura do prazo de defesa por 30 (trinta) dias, mediante a entrega ao sujeito passivo de cópias dos documentos: pedido de diligência às fls.137 e 138; demonstrativos e livros fiscais às fls. 12/15, 22, 92/120; e relatório da diligência e notas fiscais às fls. 139 a 281, sem qualquer manifestação de sua parte.

Desta forma, subsistem as infrações 02 e 03, pois não foram impugnadas, e quanto às infrações 01 e 03, tendo em vista que foi dada oportunidade ao sujeito passivo comprovar a origem do numerário utilizado para o pagamento dos documentos fiscais que serviram de base para a apuração do débito, em especial, para que fossem apresentadas as provas dos pagamentos parcelados dos documentos fiscais identificadas sob números JQF 2021; DJB 5218; 23791; 23677; 35913, 77913, 172809; 014852; 176683 e 184264, referentes a aquisições de veículos, também são subsistentes, pois não foi apresentado qualquer elemento de prova para elidir a acusação fiscal.

Contudo, observo que o autuante ao reproduzir os Demonstrativos constantes às fls. 140 a 148, houve majoração do débito das infrações 01 e 02, devendo permanecerem os mesmos valores que foram lançados inicialmente; a infração 03 não foi impugnada, enquanto que infração 04, o débito deve ser reduzido, tudo conforme quadro abaixo.

INFRAÇÃO	VL.INICIAL	VL.RETIFICADO
1	128.902,43	131.081,60
2	3.430,34	4.162,83
3	2.940,26	2.940,26
4	7.244,00	6.034,90
TOTAL	142.517,03	144.219,59

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, ficando o demonstrativo de débito da infração 04 modificado conforme abaixo.

DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

31/5/2004	9/6/2004	-	17	50	-	4
30/6/2004	9/7/2004	-	17	50	-	4
31/8/2004	9/9/2004	-	17	50	-	4
30/9/2004	9/10/2004	8.897,53	17	50	1.512,58	4
31/10/2004	9/11/2004	3.823,41	17	50	649,98	4
30/11/2004	9/12/2004	-	17	50	-	4
31/12/2004	9/1/2005	5.785,47	17	50	983,53	4
30/6/2005	9/7/2005	-	17	50	-	4
31/7/2005	9/8/2005	11.884,76	17	50	2.020,41	4
30/11/2005	9/12/2005	635,24	17	50	107,99	4
31/12/2005	9/1/2006	4.473,00	17	50	760,41	4
TOTAL DO DÉBITO					6.034,90	

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **140844.0009/06-1**, lavrado contra **ATACADÃO ANDRADE RIBEIRO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$141.307,93**, acrescido das multas de 50% sobre R\$8975,16 e

70% sobre R\$132.332,77, previstas no artigo 42, I, “b”, “1” e “3”, e III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de janeiro de 2008.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR

FRANCISCO ATANASIO DE SANTANA – JULGADOR